

ACESSO E PERMANÊNCIA DOS DISCENTES EM TEMPOS DE ENSINO REMOTO: HÁ TANTAS PEDRAS NO CAMINHO?

ACCESS AND STAY OF STUDENTS IN REMOTE TEACHING TIMES: ARE THERE SO MANY STONES IN THE WAY?

Larissa Cavalcante de Albuquerque ¹

Resumo: O artigo possui a finalidade de discutir acerca do direito ao acesso e a permanência à escola, diante da crise sanitária causada pela Covid-19, como objetivo geral propõe refletir sobre o acesso e permanência na escola dos educandos em tempos de pandemia, como objetivos específicos: identificar a frequência dos discentes nos segmentos da educação infantil a educação de jovens e adultos e diagnosticar os desafios e as possibilidades enquanto escola para promover o acesso e a permanência dos discentes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, que utilizou como procedimentos a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Como resultados aponta-se a necessidade da escola manter a relação família-escola-comunidade, mesmo diante de cenário adverso, numa compreensão que os desafios oriundos das problemáticas educacionais, possuem enfrentamentos e possibilidades que estão intimamente ligados a ações coletivas da família, escola e da comunidade.

Palavras-chave: Acesso. Permanência. Ensino Remoto.

Abstract: The article aims to discuss the right to access and stay at school, in the face of the health crisis caused by Covid-19, as a general objective, proposes to reflect on access and permanence at school for students in times of pandemic, as objectives specific: to identify the frequency of students in the segments of early childhood education, youth and adult education and to analyze the challenges and possibilities as a school to promote access and permanence for students. It is a qualitative research of the case study type, which used bibliographic and documentary research as procedures. As a result, the need for the school to maintain the family-school-community relationship, even in the face of an adverse scenario, in an understanding that the challenges arising from educational issues, have confrontations and possibilities that are closely linked to collective actions of the family, school and the community.

Keywords: Access. Permanence. Remote Teaching.

¹ Doutora em educação pela UFPB. Assistente social na rede municipal de educação de João Pessoa-PB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7167318693091247>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8439-3195>. E-mail: laalbuquerque13@hotmail.com

Introdução

Em meados de março de 2020, o primeiro caso de Covid-19 foi diagnóstico em solo brasileiro, diante do cenário mundial, o isolamento social, foi recomendado por especialistas em saúde como estratégia para conter os avanços do coronavírus. Dessa forma, as redes de educação, precisaram pensar em alternativas para a continuidade das aulas, haja vista o fechamento das escolas. O ensino remoto emergencial foi a alternativa encontrada para prosseguir com o processo ensino-aprendizagem, tendo em vista a compreensão da importância do direito à educação, além de prevenir o abandono escolar, que já possui dados alarmantes no Brasil.

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE, 2019) a respeito da distribuição de pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução, em 2018, 33,1% afirmaram possuir o ensino fundamental incompleto; 8,1% fundamental completo; 4,5% médio incompleto e o ensino médio completo 26,9%. No ano de 2018, no Brasil, 47,4% das pessoas com 25 anos ou mais haviam completado, no mínimo, a educação básica obrigatória. Logo, 52,6% não chegaram a concluir o ensino médio, o equivalente a 70,3 milhões de pessoas.

Sem dúvida, a pandemia agravou o quadro educacional do país, seus efeitos são deletérios, todavia, cabe ressaltar que a escolha pelo ensino remoto de forma emergencial, constitui uma das principais alternativas para o enfrentamento de tais efeitos, além de assegurar minimamente o acesso e a permanência na escola.

O artigo possibilita reflexões sobre os desafios e possibilidades do acesso e permanência dos educandos à escola em tempos de pandemia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso em uma escola que integra a rede municipal de educação de João Pessoa, capital da Paraíba. A rede municipal é constituída por 102 escolas e está dividida em nove polos, sendo que a escola que foi realizada a pesquisa integra o polo seis.

A relevância do estudo está na discussão do acesso e a permanência à escola de crianças, adolescentes, jovens e adultos, numa compreensão de direito à educação desses discentes, sendo o foco do debate o acesso e a permanência dos alunos em tempos de ensino remoto. O objetivo geral do texto é refletir sobre o acesso e permanência na escola dos educandos em tempos de pandemia, e, como objetivos específicos, elenca-se: identificar a frequência dos discentes nos segmentos da educação infantil à educação de jovens e adultos e diagnosticar os desafios e as possibilidades enquanto escola para promover o acesso e a permanência dos discentes.

O estudo encontra-se dividido nesta introdução, em uma discussão teórica sobre acesso e permanência a escola, caminhos investigativos da pesquisa, resultados e discussão e referências.

Há tantas pedras no caminho? Acesso e permanência dos discentes em tempos de pandemia

A educação básica se constitui em direito, acessível a todo cidadão brasileiro, independente de cor, raça, sexo ou religião. Todavia, pensar no acesso à educação básica, implica em refletir sobre a permanência dos educandos na escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/1996 em seu artigo 3º elenca como princípio a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

No tocante a frequência escolar, dados do IBGE (2019), referentes a 2018, apresentavam que 74,3% das crianças estavam matriculados em creche ou pré-escola; 82,3% no ensino fundamental e 87 % no ensino médio. Diante, desses dados podemos afirmar que a discussão sobre o acesso e permanência à escola, antecede a pandemia causada pela Covid-19, contudo consideramos que esta agravou os fossos das desigualdades educacionais no país.

O ensino remoto emergencial foi adotado em diversas redes de educação do país, como instrumento para minorar os efeitos abissais da crise sanitária que atingiram a sociedade em termos de saúde, educação, cultural e emprego e renda. No que concerne ao direito à educação, a pandemia evidenciou a problemática do acesso e permanência à escola.

por uma grande semelhança, a de que estão igualmente ameaçados pelo vírus do Covid-19 e por outro lado, distanciá-la fisicamente, ante os riscos da doença e das suas consequências. O receio do retorno presencial das aulas e a preocupação quanto à possibilidade de perda do ano letivo, a ausência de uma vacina, insuficiência de informações sobre o Covid-19 e a sua alta taxa de contágio, geraram a necessidade do ensino remoto emergencial. Tal ensino segue como uma opção razoável para a ocasião, mas não está isento de inúmeras tribulações, dentre as quais, a falta de aparelhos e boa conexão por parte de vários alunos e professores, ansiedade, acúmulo de trabalho, evasão, entre outros (PAULO; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2020, p. 197).

Desse modo, o ensino remoto emergencial se caracteriza como medida extraordinária que ocorre, por meio de aulas síncronas, com horários definidos, encontros previamente agendados por aplicativos digitais e plantões de dúvidas, mas também de maneira assíncrona com videoaulas, apresentação on-line, compartilhamento de arquivos, que possibilitam a interação entre a escola e o aluno.

Conforme o parecer nº 5 de 2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE), sobre as atividades pedagógicas não presenciais (p. 06): “visa, em primeiro lugar, que se evite retrocesso de aprendizagem por parte dos estudantes e a perda do vínculo com a escola, o que pode levar à evasão e abandono.” Assim, o parecer do CNE recomenda que a escola prossiga com as ações de cunho pedagógico, a fim de incentivar a relação com o saber dos estudantes, pois mesmo em tempos de distanciamento físico, faz-se necessário manter a sociabilidade dos estudantes.

Em uma compreensão de que as relações de ensino são também relações sociais, mesmo isolados em termos físicos, podemos ensejar práticas conectivas com os alunos, utilizando recursos tecnológicos, a exemplo do aparelho celular, que possibilita ligações, troca de mensagens, chamadas de vídeo. Posto isto, não queremos ter uma visão simplista dos desafios que estamos vivenciando no ensino remoto, mas sim, pensar possibilidades, que estão previstas, na resolução nº 02 do CNE de 10 de dezembro de 2020: “atividades pedagógicas não presenciais na Educação Básica, entende-se como o conjunto de atividades realizadas com mediação tecnológica ou por outros meios, a fim de garantir atendimento escolar essencial durante o período de restrições de presença física de estudantes na unidade educacional”.

O acesso e a permanência dos alunos na escola estão relacionados a fatores intraescolares, mas também extraescolares. Conforme Branco *et al.* (2020, p. 137):

[...] a primeira relaciona-se aos fatores externos à escola como, por exemplo, a relação familiar, as desigualdades sociais, a violência, a necessidade de trabalhar, as drogas, entre outros; a segunda abordagem diz respeito aos fatores internos, tais como: infraestrutura escolar precária, necessidades de formação inicial e continuada dos professores, possíveis desajustes na prática didático-metodológica, desmotivação, gestão autoritária, falta de identidade do aluno com a escola.

Consideramos que a pandemia evidenciou tanto fatores extraescolares, como intraescolares, quanto aos extraescolares, podemos observar a perda de empregos dos pais ou responsáveis, a falta de acesso ao auxílio emergencial ou o acesso do irrisório valor que se constituiu este benefício -, diante dos gastos mensais de uma família, como: água, energia, gás, alimentos, dentre outros -, violência doméstica, abuso sexual e/ou exploração de crianças e adolescentes, trabalho infantil, não acesso à internet e aparelhos tecnológicos, são alguns exemplos desses fatores. No tocante aos intraescolares, a falta de capacitação dos professores com recursos das novas tecnologias da informação, não acesso à internet, falta de recursos tecnológicos - por vezes os recursos tecnológicos

utilizados nas aulas, são dos próprios docentes, não tendo as redes de educação providenciado equipamentos materiais para operacionalização das aulas .

Defender o sucesso escolar relacionado à permanência e ao direito à educação significa repensar o ensino e o valor da escola na aprendizagem efetiva do aluno. Significa viabilizar situações reais de aprendizagem em que os alunos se apropriem do conhecimento, atribuam significado a ele e sintam-se parte do processo educativo e da sociedade em que vivem. As situações de grande atividade cognitiva vivenciadas com sucesso geram uma motivação tal que contribui para uma aproximação maior entre o aluno e o objeto de conhecimento (TASSONI, 2011, p. 64).

É certo que a problemática do acesso e permanência a escola não é motivada apenas por um único fator, assim o enfrentamento também depende de ações coletivas, que precisam ser empreendidas por todos os integrantes da comunidade escolar, compreendendo que casos de alunos com tímida assiduidade, precisam ser vistos com singularidade, identificar o discente, dialogar com este e sua família, para que se tenha a compreensão do que está ocorrendo e traçar estratégias no entendimento de corresponsabilidade de todos os sujeitos da comunidade escolar é uma possibilidade frente à evasão escolar.

Além de, diagnosticar a pluralidade dos casos, no contexto de ensino remoto a maioria dos alunos que estão em situação de vulnerabilidade social, não tem acesso à internet e a aparelhos tecnológicos, cabe, nesse sentido, a atuação da rede de ensino responsável, seja municipal, estadual ou federal, para pensar mecanismos que possibilite a permanência dos alunos.

A produção das desigualdades educacionais pode ser entendida pela intersecção de duas grandes lógicas. A primeira é um efeito de estrutura, pela qual as desigualdades educacionais reproduzem mais ou menos justamente as desigualdades socioeconômicas. Esse mecanismo estrutural se distende em duas grandes perspectivas, aquela dos capitais culturais e aquela das estratégias dos sujeitos. A segunda lógica é a dos efeitos escolares, que corresponde, a maneira como a organização e as interações escolares produzem as desigualdades, nesse ponto entra nos estabelecimentos, nas turmas e nas relações escolares (DUBET, 2019).

Caminhos investigativos da pesquisa: análises e reflexões

O artigo possui sua área de concentração na educação, particularmente no acesso e permanência à escola, tendo em vista a complexidade que envolve pesquisas no campo educacional, “área que investiga fenômenos, fatos, problemas que ocorrem em práticas sociais e têm consequências significativas para e sobre seres humanos” (SOARES, 2001, p. 76).

No tocante ao tipo de pesquisa, escolhemos a pesquisa qualitativa que “tem o ambiente natural como natural como sua fonte direta dos dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (LUDKE; ANDRÉ 1986, p. 11). Optamos, por realizar o estudo de caso, em uma escola, dentro o universo de 102 unidades de ensino, que compõem a rede municipal de João Pessoa, Paraíba. A rede se divide em nove polos, sendo que a escola pesquisada compõe o polo seis. Como procedimentos metodológicos, usamos a revisão de literatura e a análise documental. No estudo de caso, “mesmo que o investigador parta de alguns pressupostos teóricos iniciais, ele procurará se manter constantemente atento a novos elementos que podem emergir como importantes durante o estudo” (LUDKE; ANDRÉ 1986, p. 18).

A revisão de literatura contribuiu para a discussão teórica no decorrer do texto, bem como nos auxilia nas reflexões e análises dos dados obtidos, por meio da pesquisa documental. A análise documental foi realizada no relatório de ações da unidade de ensino do ano 2020, como também no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Conforme Lüdke e André (1986, p. 38): “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja

complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

A unidade de ensino que constitui o estudo de caso, no que diz respeito a divisão das turmas, possui: quatro turmas de educação infantil; 10 turmas de anos iniciais (1º ao 5º ano); oito turmas de anos finais (6º ao 9º ano) e quatro turmas da educação de jovens e adultos (Ciclo I ao Ciclo IV). Os bairros que a escola atende são considerados possuem expressivos da questão social, no que diz respeito ao tráfico de drogas, gravidez precoce e trabalho infantil.

A respeito das condições socioeconômicas das famílias, em sua maioria possuem poucos recursos financeiros, sobrevivendo os membros das famílias a partir de trabalhos informais e/ou, mediante auxílio de programas governamentais de transferência de renda, a exemplo da Bolsa Família. Vale ressaltar que o vínculo em atividades no mercado de trabalho informal, por vezes é motivado pela baixa escolaridade dos pais ou responsáveis.

Analizamos o relatório de ações do ano 2020 da escola e o PPP, com vistas aos objetivos propostos a este estudo. Optamos por colocar em quadros, a frequência dos discentes em tempos de aulas remotas, dividindo por segmento atendido pela escola, assim, apresentamos os dados da educação infantil, seguidos pelos anos iniciais, anos finais e por fim a educação de jovens e adultos. Para análises das informações, seguimos os passos indicados por Yin (2016), quanto à sistematização dos dados, composição, decomposição, interpretação e análises. Conforme quadro 1 abaixo:

Quadro1. Frequência dos alunos nas aulas remotas-Educação infantil

TURMA	EDUCAÇÃO INFANTIL		
	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS	PARTICIPAÇÃO NAS AULAS REMOTAS	PORCENTAGEM POR TURMA/SEGMENTO
PRÉ I M	21	18	85,7%
PRÉ II M	27	21	77,7%
PRÉ I T	26	14	53,8%
PRÉ II T	26	16	61,5%
TOTAL	100	69	69,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório final da escola-ano 2020.

Podemos observar que no que diz respeito ao segmento da educação infantil, ocorre variação da porcentagem de participação dos alunos, sendo que o número mais elevado possui 85,7% de participação e o menor número de participação possui a porcentagem 53,8%. Isso nos levar a refletir sobre a importância da relação aluno-docente-família, haja vista a faixa etária atendida e a forma como ensino está sendo ofertada, precisamos considerar o processo de construção com saber, a relação do docente com às famílias e os alunos, organização do planejamento, didática nas aulas, todos esses fatores precisam ser levados em consideração.

Prestar atenção à mobilização dos alunos leva a interrogar-se sobre o motor interno do estudo, ou seja, sobre o que faz com que eles invistam no estudo. Motiva-se alguém de fora, mobiliza-se a si mesmo de dentro. [...] encontra-se a questão do sentido por outro caminho, diretamente ligado à experiência docente. Ninguém aprende sem desenvolver uma atividade intelectual; ou seja: quem não estuda, não aprende. Logo, vem à questão do motivo desse investimento na atividade. Qual o sentido dessa atividade para o aluno? Quando não existe nenhum sentido, não há atividade alguma: ninguém faz algo sem nenhum motivo. Mas a situação mais frequente na escola é aquela em que o aluno age por um motivo não relacionado com o próprio saber (CHARLOT, 2013, p, 145).

A relação de afeto com o educando é bastante relevante para a permanência dos alunos, principalmente em meio a uma pandemia. Nada objeta que ao demonstrar afeto ao aluno, gostando também de sua profissão, o professor sustente uma postura profissional, de maneira que afeto e profissionalismo são totalmente compatibilizados. Ao invés de enfraquecer o caráter pedagógico da prática docente, o afeto fortalece a relação docente/aluno (RAMOS, 2011). Vejamos quadro 2 abaixo com relação as aulas remotos nos Anos Iniciais.

Quadro 2. Frequência dos alunos nas aulas remotas-Anos Iniciais

ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO			
TURMA	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS	PARTICIPAÇÃO NAS AULAS REMOTAS	PORCENTAGEM POR TURMA/ SEGMENTO
1º A	24	20	83,3%
1º B	23	15	65,2%
2º A	24	15	62,5%
2º B	24	20	83,3%
3º A	28	25	89,2%
3º B	27	22	81,4%
4º A	35	29	82,8%
4º B	35	28	80%
5º A	28	25	89,2%
5º B	32	28	87,5%
TOTAL	280	227	81%

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório final da escola-ano 2020.

Notamos, que nos anos iniciais, ocorre crescimento na participação nas aulas remotas, comparado a Educação Infantil. Nesse sentido, podemos inferir que o processo de relação com o saber avança à medida que a criança constrói significados com a escola, sentimentos de identidade, pertencimento e vínculo com os docentes são importantes nesse processo. Outra hipótese, com relação ao aumento da frequência dos Anos Iniciais, comparado a Educação Infantil, pode ser devido às famílias atribuir pouca importância ao processo educativo da criança no ensino infantil, considerando como uma brincadeira do que propriamente o processo rico de ensino-aprendizagem. Ressaltamos, que conforme a LDB 9.394/1996, a Educação Infantil exige a frequência de 60% do total de 800 horas dos no mínimo 200 dias letivos.

Quadro 3. Frequência dos alunos nas aulas remotas-Anos Finais

ANOS FINAIS 6º AO 9º ANO			
TURMA	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS	PARTICIPAÇÃO NAS AULAS REMOTAS	PORCENTAGEM POR TURMA/ SEGMENTO
6º A	36	25	69,4%
6º B	34	21	61,8%
6º C	36	18	50%
7º A	33	28	84,8%
7º B	33	18	54,5%
8º A	27	20	74,1%
8º B	20	16	80%
9º A	25	20	80%
TOTAL	244	166	68%

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório final da escola-ano 2020.

Nos anos finais, podemos notar que existe uma variação de participação nas aulas remotas entre as turmas, mesmo dentro do mesmo segmento, sendo a maior porcentagem na turma do 7º ano A, que corresponde 84,8% de frequência e o menor quantitativo é de 50% na turma do 6º ano C. Como hipótese da baixa participação nas aulas remotas da turma do 6º ano C, consideramos que a maioria da turma possui distorção idade-ano, causada por reprovações, sendo um fator desmotivador nesse formato de aulas remotas.

Vale considerar, pela análise documental, realizada no relatório das ações de ensino remoto 2020 da unidade de ensino, vimos como estratégia para a participação dos alunos, a formação de grupos por meio de aplicativo digital *WhatsApp*; atividades de aulas síncronas com o uso dos aplicativos *meet* e *google classroom*; disponibilização de atividades impressas a serem retiradas na escola semanalmente para os segmentos da educação infantil e anos iniciais e mensalmente para os segmentos dos anos finais e educação de jovens e adultos. Além disso, foram disponibilizados empréstimos de livros paradidáticos, a fim de oportunizar a leitura. Destaca-se também como ações descritas no documento analisado a realização de sorteios, concursos de desenhos, frases, produção textual, no intuito de oportunizar o engajamento dos alunos, além de ligações realizadas e mensagens enviadas semanalmente pelas gestoras e equipe técnica da escola para os telefones dos estudantes/responsáveis. Observamos uma diversificação quanto as ferramentas digitais, assim como nos meios já conhecidos pelos (como atividades impressas e empréstimos de livros paradidáticos).

Diante de cenário adverso que nos apresenta desafios, colocados aqui como pedras, precisamos pensar em possibilidades enquanto escola e educadores.

Sabendo que, além dos fatores intraescolares, existem aqueles que ultrapassam os muros da escola, não sendo um único motivo que provoca o abandono ou a permanência dos discentes, mas sim, múltiplos fatores que contribuem para a permanência ou desistência, que precisam ser investigados, para que assim, estratégias sejam traçadas de cunho preventivo, como interventivo, elencando a participação de todos os sujeitos que compõe a comunidade escolar, no sentido que o direito à educação da criança e do adolescente é dever do Estado, da família e da sociedade.

Quadro 4. Frequência dos alunos nas aulas remotas-EJA

TURMA	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS	PARTICIPAÇÃO NAS AULAS REMOTAS	PORCENTAGEM POR CICLO
Ciclo I	25	18	72%
Ciclo II	29	14	48,2%
Ciclo III	41	23	56%
Ciclo IV	44	33	75%
TOTAL	139	88	63%

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório final da escola-ano 2020.

A educação de jovens e adultos (EJA) contempla a proposta de retorno à escola para os alunos que se encontram em grande distorção idade-ano, que por motivos diversos, como gravidez precoce, drogadição, trabalho, dentre outras, fizeram com que o aluno se distanciasse da escola, e que, neste retorno à escola, estão em busca de “reconhecimento da humanidade, da dignidade humana dos pobres, negros, dos trabalhadores empobrecidos e oprimidos tem exigido sua escolarização como pré-condição para o seu reconhecimento como sujeitos de direitos humanos” (ARROYO, 2017, p. 107).

Conforme os quadros dos segmentos, podemos inferir que o segmento da EJA possui a menor porcentagem, quando comparado aos demais segmentos, isso pode ocorrer, por fatores como, cuidado com os filhos; dia cansativo de trabalho; falta de concentração para estudar em casa; não acesso à internet ou não saber manusear aparelhos digitais, são algumas hipóteses.

Contudo, vale ressaltar nos termos de Freire (2016, p.53):

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam (FREIRE, 2016, p.53).

A trajetória para o acesso e permanência é marcada por desafios, que precisam ser pensados na ótica também das possibilidades, no sentido que estamos em uma sociedade dinâmica, os sujeitos são ativos, críticos e autônomos, podem buscar e lutar por melhorias, particularmente nesse artigo no campo educacional.

Considerações Finais

O direito a educação, perpassa o acesso e a permanência a escola dos alunos, como visto, existem variáveis intraescolares e extraescolares, sendo de suma importância nesses tempos de ensino remoto, a relação aluno-família-comunidade. No decorrer do texto, conseguimos refletir sobre o acesso e a permanência na escola dos educandos em tempos de pandemia, identificando a frequência escolar dos estudantes da Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e Educação de Jovens Adultos, contribuindo para o processo avaliativo da escola no que diz respeito a participação dos alunos nas aulas remotas.

A escola, durante o ensino remoto teve que se reinventar, pensar em possibilidades diante de desafios que surgiram nesse interstício, todavia essa reinvenção parte do singular para o plural, do eu, mas também do tu e sem dúvida do nós. Como desafios, percebemos a falta de acesso a internet e falta de aparelhos tecnológicos para acesso as aulas remotas, como possibilidades, apostilas impressas, oferta dos livros didáticos e empréstimos de livros paradidáticos, frente à falta de acesso a internet.

Como contribuições, apontamos a identificação da frequência dos alunos por segmento, que pode possibilitar o replanejamento das ações, como também atividades realizadas pela unidade de ensino que podem auxiliar ações dos profissionais que estão atuando no campo educacional, sabendo que os desafios só poderão ser enfrentando na perspectiva do nós, aqui como plural do substantivo nó, no sentido de entrelaçamento feito entre cordas, se existem tantas pedras no caminho, o caminho partirá do nós; família, escola e comunidade.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes. 2017.

BRANCO, Emerson Pereira. *et al.* Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 15, n. 34, p.133-155, 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

DUBET, F. Desigualdades educacionais: estruturas, processos e modelos de justiça: o debate ao longo dos últimos cinquenta anos na França. **Jornal de Políticas Educacionais**. n. 13, n. 46. Dezembro de 2019. p. 01-28.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio-Educação 2019**. PNAD Contínua. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/00e02a8bb67cdedc4fb22601ed264c00.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP Nº: 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2020c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco_2020-pdf&Itemid=3019. Acesso em: 19 jan. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP Nº: 2/2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-10-de-dezembro-de-2020-293526006>. Acesso em: 19 jan. 2021.

PAULO, Jacks Richard; ARAÚJO, Stela Maris Medes Siqueira; OLIVEIRA, Priscila Daniele. Ensino remoto emergencial em tempos de pandemia: tecendo algumas considerações. **Revista Dialogia**, n. 36 p. 197-204, set./dez. 2020.

RAMOS, Fábio Pestana. A relação professor/aluno e a prática docente contemporânea: um ensaio a partir da análise de um episódio dos Simpsons. **Revista de Educação**, v.14 n.17, p. 177-186, 2011.
SOARES, Magda. Para quem pesquisamos? Para quem escrevemos? In: MOREIRA, Antônio Flavio *et al.* (Org.). **Para quem pesquisamos: para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TASSONI, Elvira Cristina Martins. As experiências de sucesso na aprendizagem e suas relações com a permanência na escola. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v.16, n.1, p. 57-64, jan./jun., 2011.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

Recebido em 16 de julho de 2022.
Aceito em 28 de novembro de 2022.

